



CLASSE E RAÇA: INTERLOCUÇÕES NECESSÁRIAS DA EXPERIÊNCIA

REBECCA DE OLIVEIRA FREITAS¹

O presente trabalho tem como objetivo traçar a importância da interlocução entre as categorias de classe e raça, a partir de um ponto de vista da tradição materialista histórica. Para tanto, situa a emergência de trabalho sobre essa temática no conjunto da renovação da história do trabalho vivida nos últimos anos, empreende uma crítica da visão de classe e de história elaborada pelo chamado marxismo vulgar e busca em autores como Thompson e Williams elementos para afirmar uma concepção de classe forjada na luta de classes. Por fim, destaca-se o papel da categoria experiência como possível articuladora para a análise da história da classe trabalhadora que inclua também uma perspectiva racial, com especial interlocução com a produção de Abigail Bakan.

Diversos autores apontam um período de relativo declínio do campo da história do trabalho iniciado na década de 90 do século XX. Marcel Van der Linden, em seu texto “História do trabalho: o velho, o novo e o global” (LINDEN, 2009) destaca que, se por um lado observou-se ao longo da década de 60 uma passagem de uma história do trabalho para uma história da classe trabalhadora, com a chamada Nova História do Trabalho a partir da produção de autores como E. P. Thompson, observar-se-ia, agora, também, um processo de renovação do campo, havendo a formulação daquilo que Linden chama de História Global do Trabalho. Embora essa designação não seja utilizada por todos os autores, há alguns elementos em comum que podem ser identificados para essa produção.

Em primeiro lugar, a relação entre a realidade social em que se insere o historiador e sua produção ganham destaque quando da explicação do declínio da produção na área. Se, por um lado, o estudo do mundo do trabalho foi impulsionado em diversos momentos por mobilizações reais da classe trabalhadora - a exemplo dos anos 80 no Brasil - também o refluxo de suas lutas parece ter um impacto sobre a produção historiográfica. Autores como Marcel Van der Linden e Fink (2012) destacam o papel do fim da União Soviética e dos regimes do leste europeu como elementos que influenciaram esse processo. Além disso, ao apontar que tal fenômeno também atinge a produção brasileira, Batalha (2001) destaca que há, na década de

¹ Bacharel e Licenciada em História pela UFPR e licenciada em Música pela UNESPAR. Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da UFF e bolsista CNPQ.



90, uma crise da esquerda combinada com um descenso do movimento operário. Essa crise, que tem caráter internacional, chega ao ponto de questionar a própria existência do objeto da história do trabalho - a classe trabalhadora. A crise que impacta a esquerda e o movimento operário tem um impacto sobre a diminuição da produção no campo da história do trabalho.

Frente a esse declínio a partir dos anos 90, os autores destacam a existência recente de uma nova onda de produções no campo da história do trabalho. Essa teria algumas características gerais quando comparada à história produzida até então.

Ganha destaque a afirmação de uma história do trabalho que amplia suas fronteiras. Essa ampliação de fronteiras se refere tanto a questões geográficas como temáticas, temporais e metodológicas. Uma dessas demandas de ampliação é a produção de uma história transnacional. Essa concepção bebe de uma crítica àquilo que Marcel Van der Linden chama de *nacionalismo metodológico*. Para o autor, afirmar essa crítica não é sinônimo da afirmação da ausência completa de um olhar para além das fronteiras nacionais na produção de até então, mas o reconhecimento de que esse olhar continuava sendo monadológico. Com isso, o autor critica a naturalização do Estado-nação presente nos estudos, os quais tomam como dada essa fronteira em seus objetos de estudo, além disso, também dirige sua crítica ao fato de que abordagens desse tipo fundiriam o Estado ao território nacional. Algumas mudanças históricas, como os processos de descolonização, a criação de comunidades imaginadas transcontinentais - como o pan-africanismo, por exemplo - e a influência da transculturalidade sobre a realidade das migrações influíram sobre um processo de crescente historicização do Estado-Nação e, portanto, de sua relativização.

Outra limitação apontada por Linden até então é o *eurocentrismo*. Para o autor, este se manifestaria de algumas formas, sendo a primeira delas a indiferença ou negligência, ou seja, a ausência de estudos focados sobre as periferias do capitalismo. Outra forma de manifestação seria o preconceito explícito quando da abordagem de elementos que não aqueles tipicamente europeus. Por fim, haveria também um eurocentrismo baseado em crenças empíricas, o qual seria mais dificilmente detectável, pois se basearia na naturalização de modelos recolhidos da experiência empírica europeia e tomados como normais do desenvolvimento histórico geral.

Se, como já citado, as críticas apresentadas por Linden contribuem para impulsionar uma história cada vez mais transnacional, elas também se relacionam à tendência à ampliação geográfica das fronteiras, onde cada vez mais se estudam as regiões periféricas do capitalismo. Essa ampliação se dá também em relação às regiões dos países, saindo das regiões geralmente



estudadas, como no Brasil, por exemplo, o eixo Rio-São Paulo, e se dirigindo para espaços considerados periféricos. Seguindo esse ritmo, a fronteira também é forçada em termos de objetos, que deixam de ser exclusivamente a classe trabalhadora da fábrica e também incluem estudos da realidade agrícola, do serviço doméstico e dos serviços em geral. A ampliação também se dá nos períodos históricos estudados, com mais estudos sobre a contemporaneidade e também sobre períodos anteriores ao início da industrialização clássica que dava o marco inicial dos estudos da história do trabalho, seja no Brasil ou em outros lugares do mundo.

Essas ampliações dão espaço para a voz de outros sujeitos, havendo diversos estudos que passam a focar questões de gênero e raça em suas relações com a formação da classe trabalhadora. Também há uma tendência a não mais se opor completamente trabalho escravo e trabalho livre, mas estudar as relações entre essas formas diversas de trabalho e as maneiras através das quais elas influenciaram a formação da classe trabalhadora.

Em termos de metodologia, se Linden afirma a ausência de uma metodologia ou teoria fechadas a qual os novos pesquisadores aderem, mas sim a definição de um campo de interesse, autores como Fink apontaram ainda a necessidade de se desenvolver mais produção nesse campo.

Como dito anteriormente, essa nova onda de produção no campo da história do trabalho tem uma presença forte dos componentes de gênero e raça como entradas importantes de análise. Isso não significa dizer que o recorte de classe se encontra ausente desses trabalhos. Ao contrário, podemos falar de um aprofundamento de uma concepção não estática, economicista e mecânica da classe.

Marcelo Badaró, em seu livro “E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico” (MATTOS, 2012), destaca, a partir de Thompson, a existência de dois grandes troncos que invocaram o marxismo em história: a “doutrina” marxista-leninista de Stalin e a tradição crítica do materialismo histórico. Segundo Badaró

No campo da ‘doutrina’, a definição de Lenin seria lida de forma mutiladora e simplificadora, gerando um parâmetro de análise de classe completamente preso ao determinismo econômico-tecnológico (MATTOS, 2012:70).

O marxismo-leninismo de Stálin se centrou sobre a evolução dos modos de produção como motor da evolução histórica propriamente dita. Essa visão reduz o mecanismo de tal evolução basicamente ao desenvolvimento das forças produtivas. Esse desenvolvimento engendraria contradições insolúveis as quais determinariam a passagem de um modo de



produção para outro. De acordo com essa visão, embora não se deixe de falar de luta de classes, a classe figura como um subfenômeno do modo de produção - o real agente do processo histórico. A determinação da classe é somente uma consequência do lugar econômico ocupado por um grupo de pessoas dentro do esquema do modo de produção. A história se torna, assim, um fenômeno natural e sua evolução inevitável. Embora tenha maior repercussão por suas proporções, Stalin não foi o primeiro a dar tal interpretação do pensamento de Marx, Engels e Lênin. Também é possível destacar em tradições anteriores, como a da II Internacional, a existência de uma determinação, em sentido mecânico, da base econômica sobre a história em geral.

Afirmar a importância das dimensões de gênero e raça na análise da história, perpassa, também, a crítica de tal compreensão de classe e da relação entre estrutura e superestrutura, para a qual a tradição crítica do materialismo histórico traz ótimas contribuições, como nos destaca mais uma vez Badaró

O reconhecimento da presença do determinismo numa tradição analítica e política que reivindicou as ideais de Marx e Engels não nos pode cegar, portanto, diante de contribuições decisivas dos marxistas do século XX, como: a definição ampla das dimensões econômicas das classes expressa por Lenin; a definição do trabalho como fundamento ontológico do ser social em Lukács; a análise das etapas da consciência na luta pela hegemonia características das formas de dominação em sociedades capitalistas complexas em Gramsci; a crítica radical ao determinismo que autores como estes e como Benjamin produziram; ou mesmo as contribuições decisivas para a discussão da consciência de classe como forma particular de manifestação da subjetividade dos grupos humanos (MATTOS, 2012:83).

A construção de uma história renovada que leve em consideração elementos como gênero e raça na análise da realidade da classe trabalhadora pressupõe, assim, uma crítica aos modelos mecanicistas que reduzem a classe ao seu aspecto econômico. Para a construção da crítica ao modelo mecânico de análise, partiremos centralmente das elaborações de Thompson, Williams - e sua interface com Gramsci - e Hobsbawm. Os três autores, embora com ênfases distintas e em alguns momentos terminologias diferentes, elaboram uma crítica aos mecanicismos do marxismo vulgar. O eixo escolhido para vertebrar essa crítica é o da relação entre base e superestrutura, o qual, da forma como foi tratado na tradição do marxismo stalinista, relega a cultura e, como já dito, os elementos não econômicos ao lugar de completa determinação pelas reais bases da sociedade. Sua crítica, portanto, parece ser uma entrada interessante para a defesa de uma visão de classe que leve em consideração múltiplas determinações.

Williams, em seu artigo “Base e Superestrutura na teoria da cultura marxista” (WILLIAMS, 2011), reivindica uma revisão radical do conteúdo dado aos conceitos de base e



superestrutura. Segundo o autor, a ênfase dada pelas análises posteriores à metáfora de base e superestrutura em Marx acaba tirando de foco de outras formulações de Marx. Para Williams, a elaboração de Marx, quando afirma que “o ser social determina a consciência” já de início abre espaço para interpretações bastante mais generosas das elaborações do autor sobre o tema. Sem rejeitar completamente a nomenclatura, Williams defende que façamos uma crítica e qualificação de cada um desses conceitos.

Iniciando com o conceito de superestrutura, o autor afirma ter sido esse, dentre os conceitos que explorará, que recebeu uma maior revisão na literatura. Dentre os avanços alcançados nesse sentido, o autor destaca o conceito de mediação o qual contemplaria uma noção da cultura não enquanto mero reflexo de uma base que lhe é externa, mas de uma relação ativa entre eles. O autor destaca, no entanto, que é o conceito de base que devemos reformular de forma mais pormenorizada, por ter ele sido alvo de menos revisões. Segundo o autor, o maior problema do marxismo vulgar nesse âmbito foi a redução da base à, em primeiro lugar, um objeto estático e, em segundo lugar, uma visão restrita das forças produtivas. À base coisificada, ele opõe a sua construção processual dentro da história, a base só o é em movimento. À visão restrita de forças produtivas, a qual praticamente reduz o seu conteúdo à produção capitalista contemporânea, o autor opõe uma compreensão da produção e reprodução da vida real.

Uma tal visão da base, que se movimenta e se amplia, caminha bastante no sentido da flexibilização de uma fronteira estática entre base e superestrutura, aproximando-se bastante do conceito de totalidade, emprestado de Lukács por diversos historiadores contemporâneos. No entanto, o autor atenta para o necessário cuidado que se deve ter na utilização dessa categoria pois a mesma pode anuviar o reconhecimento de intensões e determinações de classe em seu interior. A eliminação completa das determinações é cair em um extremo pós-moderno onde a realidade torna-se ininteligível enquanto um todo - mesmo que a palavra totalidade figure em uma interpretação desse tipo. Isso não quer dizer que o autor defenda uma determinação de forma unilateral ou veja a cultura enquanto mero reflexo, mas sim a compreensão do conceito de determinação enquanto a fixação de limites e o exercício de pressões dentro da estrutura social. Para incluir no conceito de totalidade essa concepção de determinação, o autor considera essencial o seu cruzamento com o conceito gramsciano de hegemonia.

Segundo Gramsci, o conceito de hegemonia pressupõe que “a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’” (GRAMSCI, 2002:82-86). Distinguindo a sociedade política, espaço do domínio pela coerção,



repressão e violência, da sociedade civil, conjunto de instituições que produzem elaborações simbólicas e ideológicas, o autor defende que a dominação de uma classe se dá não somente a partir de sua imposição coercitiva, mas também a partir de uma preponderância cultural ideológica (COUTINHO, 1981). Esta seria alcançada através de aparelhos que compõe a sociedade civil, como a mídia, a educação e os partidos políticos, por exemplo, constituindo, assim um Estado ampliado, o qual garantiria a unidade de um Bloco Histórico em torno desse grupo social dominante em busca do estabelecimento de um consenso social. Esse entendimento é bastante relevante no debate acerca da cultura, pois destaca o papel da dita superestrutura enquanto um elemento essencial na manutenção da hegemonia de uma classe sobre outra, visto que essa se dá, também, através da constituição de consensos - até o limite da manutenção dos privilégios de classe. Dessa forma, em primeiro lugar, a cultura não é somente reflexo do processo de dominação, mas o constitui. O conceito de intelectuais do autor também complementa essa compreensão, posto que o autor afirma ser impossível definir a intelectualidade com referência pura às atividades intelectuais, sendo necessário fazê-lo a partir do sistema de relações no qual essas atividades se encontram no conjunto geral das relações sociais - ou seja, não há autonomia da esfera intelectual da totalidade social. Ainda assim, Gramsci afirma que “a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é mediatizada, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’.” (GRAMSCI, 2000:20). Destaca-se, assim, o papel dos intelectuais na construção da hegemonia e, conseqüentemente, na própria formação da classe, a qual não é determinada de forma apriorística por uma localização econômica, mas depende dos próprios mecanismo de construção de hegemonia para sua própria afirmação.

Em segundo lugar, a utilização do conceito de hegemonia também é interessante por, ao reconhecer as estratégias e disputas para a construção do consenso social, apontar para a consciência formada a partir dessa hegemonia - a qual comporta incorporações de culturas residuais, culturas emergentes constituindo uma tradição seletiva, como nos fala Williams - não enquanto uma simples falsa consciência, mas um sentido de realidade para a maioria das pessoas. A ideologia não é, assim, apontada de forma negativa, mas parte de uma concepção de mundo e se torna constituidora do real. Thompson também traz uma contribuição nesse sentido em seu texto “Algumas observações sobre Classe e ‘falsa consciência’” (THOMPSON, 2001) quando afirma que ver a classe trabalhadora enquanto portadora de uma falsa consciência é uma afirmação que, apesar de comum no marxismo vulgar, é completamente destituída de sentido



histórico, pois trata-se de sobrepor à história a teoria de uma classe idealizada, ou seja, é colocar a construção da classe trabalhadora a partir de etapas a-históricas. Essa tendência a sobrepor a teoria à realidade é também criticada por Hobsbawm em seu texto “Da história social à história da sociedade” (HOBSBAWM, 1998). Nele, Hobsbawm nos lembra que “A história da sociedade é uma colaboração entre modelos gerais de estrutura e mudança social e o conjunto específico de fenômenos que de fato aconteceram.”, colocando sempre em evidência o fato de que o objetivo final dos historiadores é sim, explicar a história, porém uma história que de fato ocorreu. Ainda para reforçar esse argumento, poderíamos citar Marx em O Capital, quando, na sessão que trata do fetichismo da mercadoria no primeiro livro, afirma

A estes últimos [os trabalhadores], as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisa. (MARX, 2014).

Marx, assim, não afirma a falsidade da consciência impregnada pelo fetiche da mercadoria. Ao contrário, ele afirma a existência de tal compreensão da realidade por ser assim que ela, de fato, se apresenta. Isso é parte da forma como o capitalismo se estrutura, e não uma má compreensão de seu funcionamento.

Concordando com Williams, Thompson carrega em sua obra teórica e historiográfica o tom da crítica aos modelos esquemáticos e mecanicistas de base e superestrutura. O autor rejeita essa terminologia, considerando-a inadequada ao próprio pensamento de Marx, o qual não restringe, em sua produção, sua visão de cultura a essa metáfora. Longe de se limitar a um debate terminológico, Thompson centra sua crítica sobre a rejeição à coisificação dos processos sociais. Essa coisificação se dá pela visão restrita do conceito de modo de produção, o qual é reduzido às questões materiais da economia. A partir disso, a classe se torna uma posição no jogo econômico material. No entanto, a classe não é, para o autor, uma categoria estática, mas se faz determinada por questões econômicas e culturais no movimento a partir da experiência de homens e mulheres realmente existentes. É a rejeição de uma teoria apriorística e a afirmação da classe que se faz no seio da luta de classes.

Thompson procura estabelecer, assim, uma relação entre as determinações materiais e os elementos subjetivos que, juntos, possibilitariam a formação de identidades parte da consciência de classe. Para tal elaboração, é chave o conceito de *experiência* elaborado pelo autor, que serve de ligação entre o modo de produção e a consciência. Em seu livro “A miséria da teoria” (THOMSPSON, 1981), Thompson afirma que



Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres” , mas como pessoas que não experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981:186).

A crítica se volta à história que retira homens e mulheres de seu papel de sujeitos históricos, relegando essa função às estruturas que evoluem por si só. Isso não significa, como o autor afirma, que sua agência seja livre de determinações. Mas a determinação é reconhecida como parte de uma pressão à qual os sujeitos responderão de diversas maneiras e que se forja na própria luta de classes. Nesse sentido, ganha centralidade para o autor o conceito de luta de classes, pois sua constituição enquanto classe pressupõe a oposição se interesses econômicos de classe.

A classe, no seu sentido heurístico, ser inseparável da noção de “luta de classes”. A meu juízo, foi dada excessiva atenção, frequentemente de maneira anti-histórica, à “classe”, e muito pouca, ao contrário, à “luta de classes”. Na verdade, à medida que é mais universal, luta de classes me parece ser o conceito prioritário. Talvez diga isso porque a luta de classes é evidentemente um conceito histórico, pois implica processo, e, portanto, seja o filósofo, o sociólogo ou o criador de teorias, todos têm dificuldade em utilizá-lo. Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao seu redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os que as exploram), identificam os nós dos interesses antagônicos, se batem em torno desses mesmos nós e no curso de tal processo de luta descobrem a si mesmas como uma classe, vindo pois a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. Mas se adotamos uma concepção estática da categoria de classe, ou se fazemos descender esse nosso conceito de um modelo teórico preliminar de totalidade estrutural, não procederemos assim pois estaremos subentendendo que a classe está presente desde o início como um resultado de relações de produção, *daí* a luta de classes (MATTOS, 2012:89).

Sobre essa definição de Thompson, se faz interessante fazermos algumas relações. Em primeiro lugar, é necessário afirmar que a visão da história enquanto um movimento, enquanto processo, e não enquanto objetos estáticos, é própria do pensamento de Marx. No primeiro capítulo de *O Capital*, embora esteja delineando uma visão teórica de conceitos densos como valor de uso e valor de troca, mais-valia e fetichismo, é constantemente destacado pelo autor a historicidade de sua teoria bem como o fato de os conceitos ali elaborados só fazerem sentido dentro das relações sociais que o engendram. O conceito de mercadoria pressupõe a existência de um processo de produção, de relações de troca de valores de uso para alguém de fato existente. Isso, no entanto, não se dá de forma completamente apartada da história, visto que para Marx essas categorias seriam históricas e lógicas. Elas só fazem sentido em seu contexto.



Isso fica claro quando vemos que a emergência do capital industrial e do proletariado assalariado (eventos históricos) são pré-condições para as abstrações metodológicas de Marx. Fica ainda mais evidente quando levamos em conta que um ponto importante de sua teoria, a divisão da jornada de trabalho em tempo de trabalho necessário e excedente, só pode ser determinada historicamente. Isso quer dizer que, apesar de estar construindo teoria histórica, Marx reconhece as relações irredutivelmente contingentes e indeterminadas que são moldadas pelas lutas históricas reais para além do alcance do raciocínio teórico e das leis objetivas do desenvolvimento. Suas categorias teóricas só são válidas sob condições históricas específicas e, ao mesmo tempo, o movimento de elaboração de conceitos de *O Capital* reproduz na teoria o desenvolvimento histórico do capital.

Ainda que haja limitações, como apontadas por Marcel van der Linden no que diz respeito à restrição da análise de Thompson ainda às fronteiras nacionais, naturalizando o território Inglês enquanto unidade lógica de análise, a visão de classe elaborada por Thompson a partir do conceito de experiência traz contribuições importantes para a interlocução entre classe, gênero e raça destacada na historiografia do trabalho contemporânea. Sua visão de classe nos dá abertura para reconhecer a necessidade de perceber a heterogeneidade das classes e de seu comportamento coletivo. Não se trata, portanto, de restringir o âmbito de análise ao lócus da fábrica ou somente aos movimentos de trabalhadores organizados, mas reconhecer a importância das diversas experiências vivenciadas pela classe para sua formação e a formação de sua consciência.

No que tange o debate sobre a relação entre raça e classe é bastante interessante a discussão empreendida por Abigail Bakan em seu texto “Marxism and Anti-Racism: Rethinking the Politics of Difference” (BAKAN, 2014). Ali, a autora procura estabelecer uma interlocução entre os chamados estudos da Políticas da Diferença e o marxismo, apontados por diversos outros autores como incompatíveis. Para travar tal diálogo, Bakan aposta no aprofundamento das categorias de exploração, alienação e opressão. O debate teórico delineado por ela traz discussões interessantes para se relacionar com a discussão sobre o papel da categoria *experiência* delineado anteriormente e para se pensar o campo da história do trabalho de uma forma geral.

Em primeiro lugar, Bakan busca estabelecer que sua conceituação da diferença não consiste na constatação de relações imutáveis, frente às quais não há alternativa a não ser a fragmentação. Tampouco ela quer dizer que, ao reconhecer a existência de múltiplas formas de



diferença, que seja dali automático uma equivalência universal de poder entre elas. Sua discussão busca situar essas diferenças como parte de processos de conflito social disciplinados por uma ordem subjacente.

As Políticas da Diferença muitas vezes excluíram completamente a possibilidade de diálogo com o marxismo por considerar uma ênfase única sobre as relações de classe e materialidade econômica, ao ponto da exclusão de outras formas de opressão e de entendimento da dominação. Frente a isso, a autora afirma, primeiramente, ser equivocado dizer que o debate sobre outras formas de opressão está completamente ausente das reflexões marxistas, citando diversos autores que, a partir dessa estrutura de análise, empreenderam importantes reflexões sobre o tema, como Robin Blackburn e Angela Davis. Podemos relacionar essa dificuldade a uma tendência de setores ligados à Política da Diferença de homogeneizar o marxismo a partir de sua vertente também conhecida como “marxismo vulgar”, de base stalinista sobre a qual nos referimos anteriormente nesse trabalho. Dessa forma, vários dos elementos que são criticados nesse suposto “marxismo” são também alvo de críticas da vertente crítica do materialismo histórico.

Indo aos conceitos propostos pela autora como chave para a interlocução entre marxismo e políticas da diferença, é interessante destacar o fato de que cada um desses conceitos é moldado historicamente de forma específica. Sua construção se dá pelas interações entre relações subjetivas e condições objetivas que contribuem para a reprodução da totalidade capitalista. De início, portanto, não se restringe nenhuma das categorias somente a suas determinações econômicas.

Passando ao conceito de exploração, a autora já inicia apontando a necessidade de compreender essa categoria de forma relacionada às categorias de opressão e alienação. O isolamento dessas categorias, na sua leitura, seria um dos pontos que originaria, por um lado, uma visão mais simplista da realidade e alimentaria a separação entre as vertentes teóricas por ela analisadas. A exploração não é, então, reduzida à categoria econômica isolada. Se, por um lado, a exploração - a qual não é exclusividade do sistema capitalista, mas prerrogativa de todas as sociedades de classe - tem sua especificidade na sociedade capitalista por sua motivação: a busca pela produção de mercadorias e realização do capital, é necessário afirmar que não é somente a produção que molda a sociedade capitalista. A exploração é uma relação social, a qual é mediada através do processo de produção. Entretanto, para a manutenção da hegemonia da classe dominante não há dominação somente econômica, mas também política. Daí vem a



necessidade de se complementar a categoria de exploração à de alienação para uma análise mais complexa da realidade, segundo Bakan.

O conceito de alienação aparece como um distanciamento da humanidade dos produtos do trabalho humano, do processo de trabalho em si e de outros seres humanos bem como daquilo que faz dos seres humanos únicos - aquilo que Marx chama de um ser de espécie. O distanciamento entre os seres humanos se relaciona com a existência tanto de antagonismos entre as classes, mas, também, dentro das classes. As contradições nesse sentido são inerentes ao capitalismo. Ao mesmo tempo em que homogeneiza a classe trabalhadora ao igualá-la enquanto desprovida de meios de produção e “livre” para venda de sua força de trabalho, também há uma tendência a enfatizar as diferenças internas através da competição, cumprindo a fragmentação um importante papel para dificultar resistências e intensificar a exploração.

Para Marx, a alienação está enraizada na construção de diversos níveis de contradição, ou “diferença”: entre a humanidade e a natureza, entre a humanidade como realidade vivida em condições históricas específicas e a humanidade em potencial; e entre alguns humanos e outros artificialmente separados e opostos uns contra os outros no interesse dos interesses materiais estreitos de uma classe minoritária de elite (BAKAN, p. 104) [Esta e as demais citações de textos originais em inglês foram traduzidas pela autora]

Segundo Bakan, o racismo cumpriria o papel de dar uma racionalidade, um sentido a esse sentimento de alienação. Outros autores, como Alex Callinicos, também destacam o papel do racismo sob o capitalismo no sentido de manter a exploração sobre a classe trabalhadora. Em seu livro “Capitalismo e Racismo” (CALLINICOS, 1995), o autor destaca três condições para a perpetuação do racismo na atualidade. Em primeiro lugar, o autor cita a competição econômica entre trabalhadores como um elemento importante para fragmentação da classe. Para tanto, cita textos de Marx onde há referências a diferenciação entre trabalhadores ingleses e irlandeses na Inglaterra do século XIX. Em segundo lugar, destaca o papel do atrativo da ideologia racista entre os trabalhadores brancos. A identificação dos trabalhadores brancos a partir da identidade racial os une a classe capitalista e os separa de parte de sua classe, negra ainda que, segundo Callinicos, esses processos possam trazer uma aparente vitória material que, na verdade, consiste em uma perda material quando analisada mais globalmente. Em terceiro lugar, o autor destaca o papel da classe capitalista para estabelecer e manter divisões raciais entre trabalhadores.

Para Bakan, o terceiro dos conceitos, o de opressão, é aquele que é mais incompleto na teorização de Marx. É possível classificar esse conceito em dois: a opressão de classe e a opressão específica. Enquanto a opressão de classe é a experiência vivida dos explorados, a



opressão específica é particularmente necessária onde há uma ameaça de unidade entre as classes oprimidas contra o bloco hegemônico. Mais uma vez se destaca o papel da experiência como forma de compreensão da vivência da opressão.

Bakan propõe, assim, que a compreensão dos conceitos de exploração, alienação e opressão devem se dar de forma combinada, sem hierarquização entre eles, mas situando a impossibilidade de seu entendimento pleno de forma isolada. Dentro dessa articulação de conceitos é patente a ausência de um caráter de dominação completa do econômico sobre outras esferas do social. A alienação faz parte da vivência da experiência sob o capitalismo e mecanismos de opressão são identificados pela autora como formas de tentar lhe dotar de sentido. Dessa forma, a compreensão plena da formação da classe deve perpassar não somente seu aspecto de exploração econômica direta, mas as formas através das quais essa classe a vivencia, inclusive em termos de diferenciações internas como, aqui citamos o caso racial, mas que também poderia ser estendido para a realidade vivenciada pelas mulheres. Assim, a compreensão da experiência vivida pelos sujeitos ganha importância para a análise da realidade em que estão inseridos de um ponto de vista que leve em consideração múltiplas determinações sem perder de vista uma noção de totalidade.

A resistência em se admitir a dimensão racial como relevante para compreensão da constituição de classes sociais pode ser relacionada mesmo com aquilo que Marcel Van der Linden chamou de eurocentrismo baseado em crenças empíricas. David Roediger em seu texto “E se o trabalho não fosse branco e masculino? Recentrando a história da classe trabalhadora e estabelecendo novas bases para o debate sobre sindicatos e raça” (ROEDIGER, 2013) aponta justamente que a naturalização da classe trabalhadora enquanto constituída por indivíduos brancos e homens e a sua repetição enquanto centralidade em estudos sobre essa classe acabam perdendo de perspectiva o fato de que os próprios trabalhadores brancos possuem privilégios e uma identidade racial. Nesse sentido, a identidade racial parece perturbar o conceito de classe social e contribuir para sua fragmentação somente quando destoa da natural classe trabalhadora dotada da verdadeira consciência e forma de organização própria de sua classe. Roediger então destaca a necessidade de se construir uma história desses movimentos que leve em consideração, também, o papel que essas identidades possuem sobre a organização coletiva dos e das trabalhadoras.

A ausência de destaque para a dimensão de raça leva a compreensões da formação da classe trabalhadora como sendo completamente apartada da experiência da escravidão, elemento completamente externo ao capitalismo. O reconhecimento da presença de indivíduos



que passaram pela experiência da escravidão ou que partilharam experiências com indivíduos escravizados permite relativizar compreensões como a de que a classe trabalhadora brasileira teria seus métodos de luta completamente importados de elementos exógenos europeus, que as trariam de experiências de luta europeias anteriores em seu continente. Um exemplo de obra que busca através da categoria de experiência compreender a formação da classe trabalhadora brasileira é o livro “Trabalhadores e Sindicatos do Brasil” (MATTOS, 2009) de Marcelo Badaró. No livro, o autor reivindica a formulação thompsoniana de classe e se dedica a investigar as formas de resistência elaboradas pelos trabalhadores brasileiros ao longo de sua história, destacando o papel que valores como os de solidariedade representaram na formação da classe trabalhadora. Pensando a classe enquanto um movimento de construção na luta de classes, o autor destaca a essencialidade de termos em perspectivas a experiência também dos escravos em luta contra seus senhores e que desenvolveram uma série de mecanismos, inclusive por vezes em diálogo com trabalhadores livres, de solidariedade e de constituições associativas - como através das irmandades, por exemplo - que contribuem para a construção de uma cultura de mobilização coletiva permeável entre trabalhadores livres e escravizados. Se restrita à noção de posição dentro da estrutura econômica, a interpretação histórica desconsideraria as contribuições que os escravos, não sendo assalariados, deram à formação da classe trabalhadora brasileira a partir de sua experiência, em parte comum, na luta de classes - afinal de contas a classe trabalhadora não se formaria, estaria dada pela economia.

Por fim, buscamos traçar as potencialidades da análise da história da classe trabalhadora a partir de uma perspectiva que englobe recortes como o de raça, aqui enfocado, mas também de outras opressões específicas. A categoria experiência de Thompson parece ser uma importante chave interpretativa para uma análise da realidade de homens e mulheres que tiveram suas vivências determinadas não meramente por uma localização econômica, mas por sua história realmente vivida, suas identidades e lutas em que se inseriram.



Bibliografia

- BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. in FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.
- BATALHA, Cláudio H. M, Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.
- BAKAN, Abigail B., Marxism and Anti-Racism: Rethinking the Politics of Difference, in BAKAN, Abigail B. & DUA, Enakshi. *Theorizing anti-racism: linkages in Marxism and critical race theories*. Toronto, University of Toronto Press, 2014.
- CALLINICOS, Alex. *Race and class*. London: Bookmark Publications, 1995.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v.3
- _____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v.5.
- FINK, Leon. A grande fuga: como um campo sobreviveu a tempos difíceis. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, n. 64, 2012.
- HOBSBAWM, Eric. Da história social à história da sociedade. In: HOBSBAWM, E. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LINDEN, Marcel van der. História do trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, vol.1, n. 1, jan./jun. 2009.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2012.
- ROEDIGER, David R. E se o trabalho não fosse branco e masculino? In: FORTES, Alexandre et. al. *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.



THOMPSON, E.P. "Algumas considerações sobre classe e 'falsa consciência'". In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Edunesp, 2011.